



RENOVAÇÃO URBANA DA REGIÃO DA LUZ EM SÃO PAULO: DA EXPERIÊNCIA DA ESPOLIAÇÃO SOB NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO À LUTA DE CLASSES

GUILHERME MOREIRA PETRELLA

Universidade Federal de São Paulo, Campus Zona Leste - Instituto das Cidades
- Av. Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera, São Paulo - SP, 08260-001 - (11) 5576-4848
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3882-2109>
E-mail: guilherme.petrella@unifesp.br

Recebido: 18/02/2019

Aprovado: 07/10/2020

RESUMO

A região da Luz, centro de São Paulo, é objeto de planos de renovação urbana desde os anos 1970, visando reverter a degradação socioespacial. Dentre esses planos, os propostos no século XXI convergem por suas formas de atuação: reestruturação espacial no imbricamento imobiliário e infraestrutura realizada por meio de parcerias público-privadas, que centralizam capitais produtivos (real), capitais improdutivos (fictício) e Estado (leis, financiamentos, políticas públicas e monopólio do uso da violência). Eles orientam para a constituição imediata do complexo imobiliário financeiro global. Apesar das estratégias arquitetônicas e urbanísticas, com suas concepções formais diferenciadas, sua “verdade” é a viabilidade econômica. Nesse sentido, o “direito à moradia” aparece e se realiza como “direito à propriedade”. Assim, a propriedade se constitui como estrutura dessa forma de urbanização e permite a privatização da riqueza social por meio da construção arbitrária do preço do produto imobiliário, associada ao endividamento (público e privado): uma dominação de classe e suas frações proprietárias sobre a produção e o consumo do espaço que, no limite, indica a sobrevivência da acumulação do capital em detrimento da reprodução da vida.

Palavras chave: Região da Luz, centro de São Paulo; Renovação urbana; Renda capitalizada; Complexo imobiliário financeiro; Direito à cidade.

ABSTRACT

The Luz region, in the center of São Paulo, has been the object of urban renewal plans since the 1970s, with a view to reversing socio-spatial degradation. Among these plans, those proposed in the 21st century converge in their ways of acting: spatial restructuring in the real estate and infrastructure overlapping carried out through public-private partnerships, which centralize productive capital (real), unproductive capital (fictitious) and the State (laws, financing, public policies and monopoly on the use of violence). They guide the immediate constitution of the global financial real estate complex. Despite the architectural and urbanistic strategies, with their differentiated formal conceptions, their “truth” is economic viability. In this sense, the “right to housing” appears and is realized as a “right to property”. Thus, property constitutes the structure of this form of urbanization and allows the privatization of social wealth through the arbitrary construction of the price of the real estate product, associated with indebtedness (public and private): a class domination and its proprietary fractions over production and the consumption of space, which, at the limit, indicates the survival of capital accumulation at the expense of the reproduction of life.

Keywords: Luz region, downtown São Paulo; urban renewal; Capitalized income; Financial real estate complex; right to the city



INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere em um conjunto de pesquisas¹ que analisa processos imediatos de reestruturação do espaço, em particular a partir da renovação urbana da região da Luz, no centro de São Paulo. Busca compreender suas especificidades (arquitetônica, urbanística, política, econômica e ideológica) ao relacioná-las à reestruturação da metrópole como um todo, cujas especificidades de cada uma das situações compõem um conjunto diferenciado na e da urbanização. Porém, nessa diferenciação há a realização de estratégias que são comuns (ainda que suas formas de manifestação possam ser distinguíveis). Elas também podem ser observadas em outros contextos regionais e nacionais, o que torna mais complexo o entendimento da relação entre as especificidades locais da renovação urbana e as formas globais de sua realização.

As formas *globais* se relacionam à reestruturação institucional do Estado e das políticas públicas a partir da intensificação da agenda do neoliberalismo, que vai estender, entre outros, à instrumentalização da produção do espaço como meio econômico de absorção do excedente financeiro. Isso promove sua reprodução a partir da especificidade espacial da acumulação capitalista. Aqui, a capitalização da renda, representada pela *propriedade*, tanto imobiliária quanto financeira, estrutura a instrumentalização. Isso se relaciona à coalizão de classes e suas frações que têm na *propriedade* seu meio de existência. Elas se tornam hegemônicas no domínio sobre o Estado e políticas públicas, sobre a riqueza socialmente produzida pelo trabalho e no modo de sua distribuição. Isso se manifesta no predomínio das formas de acumulação por espoliação (Petrella, Prieto, 2020), intensificadas na produção do espaço, acentuando a precarização na reprodução da vida.

Como aproximação ao nível da *totalidade* (Lefebvre, 1999; Pereira (org.), 2018), a análise busca dar ênf-

se à *reprodução social*, que está cada vez mais submetida aos imperativos políticos e econômicos, intensificados pelo neoliberalismo e pela financeirização. *Político* no sentido que remete a um domínio de classe, proprietária de capital e de terra; econômico na medida em que sua reprodução depende da espoliação do cidadão em geral, baseada no predomínio da renda capitalizada. Portanto, constitui uma estrutura que dinamiza a apropriação privada do comum, assegurada pela nova regulamentação imobiliária e financeira estatal (Petrella, 2017). E isso implica na reestruturação dos planos urbanísticos de renovação urbana. Essa nova estrutura interage com as formas sociais que se realizam nesses territórios, produzindo outras formas de resistência e de luta contra isso. Nesse sentido, «movimentos sociais» passam a ser orientados por um problema socioespacial, uma nova subjetividade constituída no interior da disputa pelo uso e pelo valor do espaço, que deve ser experimentado, reconhecido e interpretado na totalidade do cotidiano e da reprodução, totalidade da vida que deve ter lugar, fala, ação e representação. Assim, a partir da experiência de uma “luta de classes sem classe” (Thompson, 1979; Wood, 1983), esses agentes podem se reestruturar e emergir como um outro sujeito político e histórico, emersão decorrente da experiência cotidiana de viver a metrópole.

NÍVEIS E DIMENSÕES DE ANÁLISE

A reestruturação imobiliária e urbana da metrópole paulista é um processo social amplo, que envolve dimensões políticas, econômicas, ideológicas que se combinam e estão em movimento (cf. Pereira (org.), 2016, 2017, 2018). Parte desse conjunto de transformações pode ser avaliado a partir da particularidade da arquitetura e do urbanismo como um campo de conhecimento que emerge dessa dimensão imobiliária e urbana na produção do espaço. Essa especificidade

¹ Cf. Petrella, 2017; Pereira (org.), 2018.

ilumina uma forma de articulação de níveis e dimensões de análise (Lefebvre, 1999). Nos termos do imediato, situam-se as relações de trabalho, de produção (de coisas no espaço e do espaço em si, como relações sociais) e de produto, que se realizam a partir de condições e determinações locais. Elas se articulam a uma dimensão *global*, relacionada a processos políticos, econômicos e ideológicos de reprodução mais amplos, que se situam para além dessa produção imediata estrita, em uma dinâmica que extrapola seus limites e fronteiras. Por sua vez, essa articulação constitui uma experiência específica, de um tempo histórico determinado. Formas de produção e reprodução social. Isso constitui a *totalidade* do contemporâneo, a ser elucidada pelo constante movimento de reflexão crítica, teórica e prática.

Os planos de *renovação urbana* podem ser avaliados a partir do imbricamento desses níveis de análise. Eles se estruturam a partir de parcerias público-privadas, que articulam Estado (leis, financiamentos, planos e políticas públicas e sociais), agentes produtores (construtores, projetistas, trabalhos) e agentes financeiros (bancos, fundos de pensão e de investimento). Cada plano em particular constitui uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), um contrato entre parceiros públicos e privados específico para o plano urbanístico e cujo domínio é relativo ao aporte de recursos financeiros de cada um dos respectivos agentes: equivalente a uma «cota-parte condominial» e a uma «sociedade por ações». A finalidade do plano, contudo, é assegurar a *viabilidade econômica* do conjunto de investimentos e de empreendimentos, que se distribuem em habitação de interesse social, equipamentos coletivos, espaços públicos, infraestrutura e serviços. Essa viabilidade define o tipo de produto, as formas de produção, a demanda social a ser satisfeita e as formas de financiamento e crédito para produção e consumo.

Ela é *modelada* a partir da pressuposição da valorização e da capitalização, que devem ser realizadas após a reestruturação do espaço como um todo. Pressuposição que decorre da expectativa *a priori* de «valorização e apreciação» da região em relação à diferença de ofertas imobiliárias no todo da metrópole, constituindo-se

(virtualmente) uma especificidade local (Petrella, 2017, 2020). Essa expectativa reduz o alcance das políticas públicas e das formas urbanas do espaço, e seus diversos e possíveis usos, à lógica privada de retorno financeiro, que ganha corpo a partir da *valorização imobiliária*. Ela é estruturada para ser privatizada nessas operações urbanas a partir da monopolização da propriedade imobiliária e financeira, que pertence aos agentes desse contrato, dado que seu custo deve ser repostado ao final da operação com um acréscimo equivalente a qualquer investimento financeiro: o preço da propriedade se constitui pela apropriação do excedente, embora não tenha contribuído como força produtiva. É nesse sentido que subordina as formas de produção e de consumo do espaço, retirando dele a pressuposição de valorização e de capitalização, além de intervir no metabolismo social desses territórios.

Por outro lado, essas parcerias público-privadas incorporam capitais que circulam nos circuitos financeiros de composição global e que se aproximam dos planos a partir dos recursos centralizados nos agentes desses consórcios: abertura de capitais das empresas construtoras nas bolsas de valores, fundos de pensão de empresas nacionais e internacionais que aí investem, papéis de dívida pública. Esse excedente fictício que «cria valor sem produzir valor», circula ao redor do globo na busca de plataformas imobiliárias e financeiras de valorização (Paulani, 2008), absorvendo o excedente na urbanização (Harvey, 2011) e o reproduzindo de modo ampliado por meio da produção do espaço (Petrella, 2017). Essa composição financeira global define ritmos e formas de produção por onde aterrissam momentaneamente, assim como seus produtos, demandas sociais que realizam o investimento e as políticas públicas. Nesse sentido, a presença do Estado nessas situações é imprescindível, seja pela reestruturação dos marcos legais imobiliários e financeiros, que se aproximam nessa reestruturação, seja pela reestruturação das políticas públicas com expressão urbana. Portanto, caracteriza a intensificação do avanço neoliberal que acentua a presença do Estado, mas de uma presença que é instrumentalizada para a privatização da produção social.

Nesse sentido, a experiência contemporânea da urbanização se distingue daquela realizada predominantemente no século XX, que combinava a *produção extensiva na periferia*, realizada como ausência do Estado na provisão de habitação, de equipamentos e serviços públicos coletivos, com a intensificação e verticalização em outras regiões da metrópole, como *presença do Estado* na provisão desses equipamentos e serviços públicos (Pereira, 1988). Na «ausência periférica», as condições gerais de reprodução da força de trabalho e da vida são supridas pelo trabalho dos próprios trabalhadores. Isso foi interpretado como a forma urbana predominante na acumulação capitalista industrial no Brasil: na medida em que esses territórios são construídos pela obstinada produção doméstica dos próprios trabalhadores, os custos equivalentes a essa produção, constituintes da cesta de consumo da reprodução da força de trabalho, eram retirados dos salários e, portanto, proporcionavam o aumento do lucro industrial sem um incremento proporcional de força produtiva, acentuando a exploração da força de trabalho e a espoliação do cidadão (Oliveira, 2003).

Nessa situação, a organização social em torno de «movimentos» buscava reivindicar a *presença do Estado*, a provisão de habitação, equipamentos, infraestrutura e serviços públicos. Portanto, lutas sociais que se estendiam do chão da *fábrica* ao chão da *cidade* elucidavam o papel da urbanização na acumulação capitalista não só como resultado da acumulação tipicamente fabril, mas concebendo a produção do espaço como seu elemento propulsor à reprodução das relações de produção (Kowarick, 1993; Sader, 1988). No conjunto da metrópole, acentuava-se a diferenciação espacial e em relação à desigualdade social, combinando-as.

Ainda que essa *produção doméstica* da periferia persista na atualidade, mesmo que de forma decrescente se comparada ao crescente acesso à moradia por meio do aluguel, ela não pode mais ser interpretada a partir da dualidade ausência-presença do Estado: sua *onipresença diferenciada* se realiza nos diversos territórios e reitera as formas diferenciadas de produção do espaço e desigualdades sociais (Petrella, 2018). O Estado age de modo diferenciado e de acordo com cada uma das

situações e reivindicações. Em paralelo, nem mesmo a dualidade centro-periferia tem força explicativa. As diferenciações espaciais e as desigualdades sociais estendem-se e intensificam-se, combinando-se ao nível da reprodução social. O que se ilumina nesse momento é que as especificidades de cada uma das situações são apropriadas de modo diferenciado nessa totalidade. Nesse movimento inserem-se as renovações urbanas do século XXI: a *onipresença do Estado* e a ocupação popular da área central. Toda a sorte de trabalhos e moradias (in)formais ou (ir)regulares, que constituem uma *periferização do centro*.

Isso nos traz um *problema político*, à luz da constituição de movimentos sociais urbanos. Constatamos que a provisão pública se realiza como instrumento de apropriação privada a partir das parcerias e pela ênfase posta na propriedade imobiliária e financeira (Petrella, 2017): a reprodução a partir da renda capitalizada. Portanto, aquela experiência política de reivindicação da *presença do Estado*, como presença de políticas públicas *setoriais* (habitação, saúde, educação etc.), hoje pode ser interpretada como agente da intensificação da exploração do trabalhador e da espoliação do cidadão. Condição exposta pela hegemonia da economia política neoliberal e financeira. Essas provisões contribuem para o aumento do preço de terrenos, edifícios e de aluguéis, precarizando a reprodução da vida, além de não se adaptarem às reais demandas sociais, presentes nesses espaços e ausentes dessas políticas públicas (e privadas). Nesse caso, essa forma de provisão reproduz a diferenciação e a desigualdade de princípio (da forma de distribuição do produto social *na e da metrópole*), além de permitir benefícios e vantagens *particulares* no interior da diferenciação, recolocando as disputas e os conflitos, inclusive, no interior da classe trabalhadora: ao reivindicar uma parcela diferenciada da diferenciação sem negar a *valorização imobiliária*, em si diferenciada, naturaliza-se a desigualdade socioespacial de origem e a decorrente. Assim, a luta por direitos setoriais (direito à moradia, direito à saúde, direito à educação etc.), em suma, «direitos na cidade» realizados pelos empreendimentos das renovações urbanas, apesar de necessária, não se mostra suficiente para reverter o processo histórico de intensificação da exploração do

trabalhador e de espoliação do cidadão. Não contém o processo de valorização imobiliária e o monopólio da propriedade como meio de propulsão da privatização da riqueza socialmente produzida, do comum.

Isso ganha corpo a partir da própria reestruturação institucional do Estado, dominado por classes patrimonialistas (i)mobiliárias, que exacerba sua instrumentalização, orientando-o para o predomínio das formas de acumulação que beneficiam esse poder político e econômico *parcial* da propriedade. Esse «Estado-instrumento», fruto do avanço do neoliberalismo, da financeirização e da hegemonia de uma nova coalização de classes, reestrutura políticas públicas, marcos legais e sistemas repressivos em favor da coalizão. A *presença do Estado* nesses termos significa, portanto, a presença de formas de acumulação desigual da riqueza socialmente constituída. Nessa produção imobiliária e urbana, a *produção para mercado* tende a predominar sobre as demais formas de produção. Tende a dominar e subordinar a *produção estatal* e a *produção doméstica*, que se aproximam sob esse domínio: obras públicas (acentuadamente privadas pelas parcerias) que são destinadas à população que acessa o urbano por relações domésticas de produção (e de consumo), passam a ser (re)orientadas pela lógica de reprodução relacionada à viabilidade econômica, proposta (e pressuposta) pelo *mercado*. Estado e mercado agem afinados pelos mesmos princípios.

Nesse sentido, a noção de *espoliação urbana* (Kowarick, 1993), caracterizada em sua origem como a espoliação do cidadão que não tem seu direito assegurado em função da *ausência do Estado*, deve ser reinterpretada na medida em que a *espoliação* se intensifica com a *presença do Estado*. Ela se desdobra em duas outras noções que se exacerbam na atualidade: a de espoliação *imobiliária* e a de *espoliação financeira*. Embora diferentes, apresentam-se como a unidade predominante na atual forma

de produção do espaço, no imbricamento entre a incorporação e a infraestrutura sob lógica imobiliária e financeira.

A *espoliação imobiliária* decorre da *centralização da propriedade*, que permite a acumulação de capital no que tange à formação da renda imobiliária (aumento de preço dos terrenos, de edifícios e do aluguel). Nesse caso, há acúmulo de capital mesmo sem a presença de uma nova produção, sem um novo processo de valorização. E quando há, o custo referente ao acesso à propriedade, seu preço, deve ser repostado ao final da produção acumulando «juros»², tal e qual qualquer investimento financeiro. É uma acumulação que, ao não produzir mais valor, privatiza o excedente de valor que é socialmente produzido. A *espoliação financeira* também não se define pela ausência de recursos financeiros ou do Estado, mas sim pela presença assediante de créditos e de formas de financiamentos que expandem seu campo de ação pelo endividamento. Figura-se como meio de dilapidação das condições de reprodução da força de trabalho (a longos períodos, relativos ao prazo da dívida) e como a expansão das fronteiras de capitalização para zonas antes não tomadas pelo financeiro, tais como os serviços públicos (saneamento, energia, habitação etc.) que se privatizam. O *mercado de crédito* fornece *produtos financeiros* no lugar das políticas do Estado, aparecendo e realizando-se como serviços.

Essas duas dimensões da espoliação aproximadas se realizam nas *renovações urbanas*. Elas permitem que a «ficção» da capitalização da renda (i)mobiliária encontre um «lastro real» na produção do espaço, que absorve (Harvey, 2011) e capitaliza o excedente (Petrella, 2017). Além de estender as fronteiras (infernais) da acumulação pela incorporação de territórios e tecidos urbanos «marginais» (Kowarick, 1977), deteriorados e obsoletos à luz da diferenciação da metrópole. Nes-

²Juros é um dinheiro que se amplia ao ser investido em um processo produtivo. Aquele que «empresta» esse montante, recebe-o, ao final do prazo pré-estabelecido em contrato, com um acréscimo: os juros. Já no caso da renda – e é por esse motivo que os juros estão anotados aqui entre aspas –, o retorno financeiro não decorre de uma produção, mas sim da «permissão» de uso de um bem monopolizado na forma da propriedade. Desse modo, assegura-se um retorno financeiro sem a contrapartida de um processo real de produção de valor. Esse acréscimo, portanto, que não vem de uma produção em particular, mas decorre da privatização de um valor socialmente produzido, relegando, desse modo, a toda a sociedade o «peso da renda e da propriedade», que beneficia apenas alguns. Portanto, embora juros e renda se assemelhem em sua «aparência», devem ser diferenciados em sua «essência».

ses casos, o potencial de construção adicional permitido excepcionalmente pelos planos (concentração de forças de produção) identifica-se ao *potencial de renda imobiliária* que decorre da reestruturação da distribuição dos terrenos e edifícios (centralização de forças de propriedade), elevando-se se comparado à renda imobiliária já realizada nas condições atuais. Constitui um aumento de diferencial de renda, um *rent gap* (Smith, 2007, 2015), cuja diferença se figura como o limite da pressuposição da valorização e da capitalização dos investimentos financeiros a serem realizados na renovação. Esse *rent gap* engendra o encarecimento das condições gerais de reprodução da vida, interferindo no metabolismo socioespacial existente (moradia, trabalho, serviços), expulsando eventualmente a população originária: um processo de *gentrification* (Idem, *ibidem*). A reprodução do capital, portanto, se realiza às custas da precarização das condições de vida, somando exploração e *espoliação*.

Essa *produção mercantil* intensifica a *marcha de mercantilização* do espaço, que se desdobra das estratégias privadas de produção de *condomínios fechados privados* (Tone, 2010) para o domínio de produção e propriedade em *perímetros urbanos públicos* da metrópole (definidos pelos planos de renovação urbana). Busca estender o domínio sobre uma morfologia urbana e suas relações sociais de produção e de consumo intensificando a noção de «enclave antiurbano» no interior do «urbano». Contudo, essa marcha da mercantilização encontra (e produz) uma *contramarcha de resistência*, fazendo-se necessário reconhecer as relações socioespaciais que experimentam e eventualmente escapam a essa marcha. Elas se figuram como a *precariedade* que é agravada pela desigualdade social, dado que parcelas da população se invisibilizam nessas políticas público-privadas (estão à «margem» das pressuposições de realização dos planos), como também que se ilumina o ainda não-incorporado por essa reprodução capitalista mercantil (situadas como eventuais fronteiras de expansão). Constitui, portanto, um duplo-sentido do residual (Lefebvre, 1999): tanto como sobra como o não-iluminado (campo cego) pelo pensamento crítico. Ambos constituídos como subprodutos da marcha da mercantilização.

O *resíduo* aparece, portanto, como a contradição entre o *possível-impossível* da luta social na especificidade espacial da produção e reprodução capitalista. No resíduo, novos campos de luta. Inicialmente como resistência (negação), posteriormente como *projeto* (negação da negação, superação positiva). Nesse sentido, a questão que se coloca é como a *experiência da espoliação* pode constituir formas de resistência social e, na experiência dessa resistência, como ela pode constituir uma consciência de classe. É evidente que essa «classe» não pode mais ser interpretada aos moldes da classe trabalhadora operária fabril, clássica. Ainda que se desdobre dessa concepção, a experiência cotidiana de resistência a espoliação na metrópole deve incorporar a totalidade de formas de concepção de vida, outras subjetividades constituintes da experiência dos sujeitos políticos. Como possibilidade, a constituição de uma *unidade-diferenciada* do trabalhador-cidadão, enquanto classe socioespacial constituída contra a expansão da mercantilização que inviabiliza a reprodução plena da vida. Essa mercantilização é a combinação entre capital e terra (Marx, 1985-1986, L.III, V.5, 269, 317), que dominam as relações de trabalho e disputam entre si o predomínio das formas de acumulação. *Capital e terra* estão em contradição e nela as fissuras devem ser abertas pela luta do *trabalho*. Mas essa luta ainda deve se constituir como uma unidade reconhecida entre os trabalhadores. Como luta de classes que se estende à totalidade da vida, ao espaço da reprodução social. O sentido da experiência.

O SENTIDO DA EXPERIÊNCIA: RESISTÊNCIA À ESPOLIAÇÃO

Como visto, a acumulação por espoliação se diferencia da forma tradicional do entendimento da acumulação por exploração (embora permaneçam em relação). Como exploração, são as relações de trabalho e de produção a essência para seu esclarecimento. As formas econômicas de lucro e juros são suas manifestações. Como espoliação, são as relações de propriedade que as definem. Propriedade de terra e de capital. O custo pago para utilizá-las, para produzir ou para reproduzir enquanto uso e consumo, não corresponde a

uma produção direta de valor, a um processo produtivo. O preço de uso de um *monopólio* que constitui uma *renda*. Isso vem de encontro com as análises sobre o capitalismo contemporâneo que têm apontado o *predomínio* das formas de renda na acumulação capitalista (Chesnais, 2005; Piketty, 2014; Harvey, 2016) relativas ao monopólio de um espaço ou de um capital.

Em relação ao espaço, as rendas se diferenciam em função do *uso concreto*, tal como a *renda extrativista* e a *renda fundiária*, que se beneficiam da materialidade desse espaço, a «fecundidade» da terra e seus elementos dela retirados; ou, por outro lado, do uso abstrato, restrito ao perímetro espacial utilizado como base para uma (re)produção, tal como a *renda imobiliária*. Nesse caso, o título de propriedade adquire um preço, uma representação de valor (embora não tenha valor por não ser produto de trabalho) que deve ser repostado ao final sem ter sido *força produtiva*. Em todas essas formas de renda, elas se articulam a circuitos financeiros, cujos excedentes são criados mediante uma produção (o capital portador de juros) ou simplesmente pelo uso e troca de *propriedades* financeiras, que geram «mais valor sem produzir valor»: títulos de ações, papéis de dívida, troca de moedas. Excedentes financeiros que são criados descolados de qualquer produção imediata, intrínsecos à sua circulação.

Isso nos coloca um problema da *reprodução social* na medida em que a pressuposição de valorização e capitalização particulares condiciona, subordina e submete relações sociais amplas de reprodução da vida (corpo e ambiente). Por oposição deve se constituir, virtualmente, um *espaço do devir*: oposição comum à extensão das fronteiras infernais de acumulação capitalista, que se estendem e se intensificam em detrimento da reprodução da vida. Desse modo, a presença do Estado e do mercado, unidos, pode ser interpretada como uma «presença-avessa», cuja instrumentalização para a reprodução do capital, que descarta o excedente que é «impróprio» para a acumulação, constitui a necessidade da *resistência*.

Nesse particular, as formas predominantes de acumulação capitalista se dão pela dimensão fictícia de valor,

sendo a produção do espaço uma condição necessária de absorção e capitalização do excedente. Desse modo, o pensamento crítico deve buscar reconhecer novas práticas sociais e seus sujeitos, que permitam a imposição de barreiras à reprodução do capital, bem como a insurgência de um (novo) projeto para a constituição do devir. Um *sujeito* político, posto em cena à luz da experiência da luta de classes (Thompson, 1979; Wood, 1983), que ainda forja a consciência de si como classe, apesar de experimentar cotidianamente processos dilapidadores da espoliação. Nesse sentido, a *experiência* cotidiana e espacial de resistência à espoliação pode se figurar como momento da «tomada de consciência», como prática e crítica à subordinação da reprodução da vida. Uma experiência que se orienta para a constituição da unidade do «sujeito socioespacial» como classe. Paralelamente, isso inclui a crítica e a superação de ilusões, que reproduzem teorias e práticas funcionais à reprodução capitalista: lutas sociais orientadas pela reivindicação de políticas setoriais, de aquisição de «direitos na cidade» experimentada predominantemente no século XX. Essas práticas, embora necessárias, são tomadas pela reprodução do capital, tonando-se insuficientes.

Qual seria o objetivo? Construir o poder do trabalhador-cidadão enquanto classe. Reconhecer na *experiência de resistência à espoliação* a unidade-diferenciada da classe trabalhadora, classe socioespacial a se constituir. Como objeto e condição pode iluminar a dimensão da *injustiça espacial*, que abre frente à luta por justiça. Essa experiência pode proporcionar a angústia, a revolta, o protesto e a ação. Não só por direitos na cidade, mas pela própria constituição prática do *direito à cidade* (Lefebvre, 1981). Tudo no campo determinado da *resistência* à marcha da mercantilização, uma negação determinada, com vias de uma superação positiva, a constituição de um projeto próprio, autônomo, criativo.

O momento do auto reconhecer-se como trabalhador injustiçado perante o sistema dominante deve superar o ponto cego do espaço como *lugar* da reprodução social e sua experiência. Se as lutas operárias típicas do século XX centralizavam seus esforços na fábrica e no campo, como protagonistas da história, hoje essa

experiência se torna insuficiente. O foco na indústria fabril obscurece a dinâmica própria da especificidade espacial, a absorção do excedente econômico e sua reprodução por meio da propriedade e da renda (em suas diferentes formas). Esse protagonismo se desarticula na medida em que a precarização contemporânea do trabalho reduz a possibilidade de sublevação do trabalhador pelas vias tradicionais dos sindicatos e movimentos camponeses, pois esses perdem tanto sua legitimidade de representação quanto, o que é pior, seu poder e eficiência face à estruturação do capitalismo contemporâneo, neoliberal e financeiro. Isso significa que outros meios criativos de organização dos trabalhadores devem vir à superfície. Emersão teórica de uma prática já experimentada em seu germe.

O auto reconhecer-se enquanto trabalhador nasce de uma *experiência*, por exemplo, contra o aumento do *preço* das condições de reprodução da vida (serviços urbanos como saneamento, água, energia, espaços e serviços públicos). *Apreciação* que se realiza com a finalidade de financiar as pressuposições e expectativas de retorno financeiro (capitalização) das empresas privadas que os administram ou dominam (à luz das privatizações, concessões e parcerias). Entretanto, não se restringe a isso, dado que o *preço* pago acima dos benefícios imediatos que representam se estende a uma diversidade de serviços e bens de consumo. Portanto, o «reconhecer-se» inclui noções de *comunidade* e *vizinhança* na medida em que a experiência cotidiana da espoliação se realiza em territórios e populações localizados no interior da metrópole diferenciada, não apenas sobre o indivíduo. Um reconhecimento *de si* que passa pelo reconhecimento do *outro*, o «inimigo comum» que se apresenta, como um fenômeno, a partir da ação do Estado-presente-avesso.

Nesse sentido, a ação crítica, teórica e prática, deve contribuir para estender os «direitos na cidade» para a constituição do *direito à cidade* como totalidade. E a diferença entre essas expressões se dá sob a ótica da *valorização imobiliária*: enquanto o acesso ao direito permanecer mediado pela propriedade, a espoliação imobiliária ou financeira, não há a possibilidade de sua superação. Por outro lado, o *inimigo comum* não se resume às práti-

cas do Estado-presente-avesso. Relaciona-se a poderes e organizações «paralelos»: o crime organizado, novas formas de sociabilidade religiosa e organizações não-governamentais, intensamente experimentadas. Eles se colocam como uma capa mediadora da tomada de consciência da classe social, velando seus benefícios econômicos particulares e subordinando populações por meio de seus respectivos meios de subjetivação, mas também, de poder e de violência.

A empreitada do auto reconhecer-se inclui concepções de vida e identidades que se manifestam na reprodução social e no cotidiano. A *classe* não pode ser mais resumida e reduzida ao seu papel no interior da *produção fabril*, que abstrai especificidades em função da própria natureza abstrata do trabalho. Na virtual constituição da classe socioespacial, uma experiência que se funda na diversificação das formas de reprodução da vida, que incluem diversidades e identidades distintas. Sua formação deve partir do reconhecimento dessas *diferenças*. A negligência dessas questões apenas exacerbava a desunião e a desconfiança entre seus agentes: o *reconhecer* e o pertencer da «classe trabalhadora» estão condicionados pela aceitação *integral* do sujeito que reconhece seu pertencimento: subjetividade, laços sociais, relações, práticas e formas de felicidade. Concepções de vida constitutivas da *unidade-diferenciada* – assim como a produção do espaço – na medida em que a experiência do vivido, do trabalho ao não-trabalho, inclui a totalidade da vida e expande as condições de reconhecimento e de pertencimento como seres humanos completos. Em uma palavra, as formas diferenciais de vida, relacionadas às formas diferenciais de produção do espaço, constituem o lugar da unidade-diferenciada da classe socioespacial.

O grande entrave é a *cultura da mercadoria*, que medeia e opera o desvio do cidadão (espoliado) para a noção de consumidor. Desvio que se realiza no entendimento de que o acesso a direitos se dá por meio do consumo de bens e de serviços, que vai se manifestar, também, como o consumo do próprio espaço. A centralidade do *consumidor* (que inclui a experiência prática do «não-consumidor», como nos diz a boa dialética), proporciona a experiência de *falta e frustração*. Pulsões individuais

e subjetivas que obscurecem a (ir)racionalidade do sistema de reprodução capitalista como um todo, fictícia e excludente. Ilumina-se a necessidade de converter as «pulsões individuais» em unidade-diferenciada da luta dos trabalhadores. Uma luta *comum*: a retomada da noção de cidadania pelo direito à cidade, em detrimento das pulsões de consumo.

A cultura da mercadoria, a mercantilização do espaço (e da própria vida), expressa o avanço do domínio objetivo e subjetivo do capital sobre o trabalho. O trabalhador-cidadão passa a se reconhecer como investidor, pequeno proprietário, empreendedor, estruturando sua ação cotidiana a partir do cálculo e dos rendimentos econômicos (Martins, 2000). Desse modo, a *consciência de classe* permanece enfeitiçada sob o fetiche da alienação, que decorre de práticas reais (acesso a direitos por meio do consumo, capitalização permitida pela propriedade), mas não verdadeiras. Isso tem implicações na produção social do espaço: a construção de *necessidades e desejos* que são funcionais à reprodução do capital e não necessariamente à reprodução integral da vida, em toda a sua potência diferenciada, a produção humanamente adequada (Lefebvre, 1971). Essa capa mistificadora enfraquece as noções de *história e coletividade* (produção social), como prática reduzida a emblemas de compra e venda de bens e direitos (inclusive aqueles de origem estatal).

Assim, as *ideias* e as *práticas* precisam se tornar perigosas novamente. Não basta colar nos movimentos sociais e suas práticas correntes, mas buscar elucidar a contradição para instruir o movimento sob a perspectiva da mudança radical: não reformista, mas revolucionária. Essa condição pode ser acessada não pela garantia de direitos na cidade, mas pela própria constituição do direito à cidade por meio da desmercantilização do espaço e da vida, renda e endividamento, cuja experiência cotidiana, de resistência e de projeto, possa pôr em xeque a estrutura de reprodução do capital. Como ela está condicionada pelos processos espoliativos, renda e acumulação fictícia, a negação da *natureza da propriedade* deve ser empreendida praticamente: as conexões e fissuras entre as dinâmicas imobiliárias e financeiras, à luz do Estado neoliberal e financeiro, além da he-

gemonia da classe proprietária. Ao lado do reconhecimento da unidade-diferenciada do trabalhador em sua re-produção integral, que traz à luz a experiência espacial. Contra a submissão da reprodução da vida à cultura mercantil da reprodução do capital.

Espoliados do mundo, uni-vos!

BIBLIOGRAFIA

CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

HARVEY, David. O enigma do Capital e as crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. El materialismo dialectico. Buenos Aires: Pleyade, 1971.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1981.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica a razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULANI, Leda. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Espaço, Técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (org.). Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos. São Paulo: FAUUSP, 2016.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (org.). Produção imobiliária e reconfiguração da cidade contemporânea. São Paulo: FAUUSP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/284>

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: financeirização da cidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2018. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/302>

PETRELLA, Guilherme Moreira. A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI. São Paulo: Tese de Doutorado FAUUSP, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-29062017-132232/pt-br.php>

PETRELLA, Guilherme Moreira. A construção arbitrária do preço do produto imobiliário e a natureza da renda na condominialização da cidade de São Paulo. *arq.Urb*, (28), 155-175. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/443>

PETRELLA, Guilherme Moreira. Aprendendo com a São Paulo delirante: reestruturação imobiliária, movimentos sociais e espoliação. In: PEREIRA, P.C.X. (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018, p. 163-195.

PETRELLA, Guilherme Moreira; PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 562-590, mar. 2020. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48291/32643>>.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. São Paulo: Revista GEOUSP, Espaço, Tempo, Nº 21, pp. 15-31, 2007.

SMITH, Neil. Gentrificación urbana y desarrollo desigual. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

THOMPSON, Edward. Tradición, revuelta y consciencia de clase : estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona : Editorial Crítica, 1979.

TONE, Beatriz. Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício. São Paulo: FAUUSP, Mestrado, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. El concepto de clase en E. P. Thompson. Publicado en Cuadernos Políticos, número 36, Ediciones Era, México, pp.87-105, 1983.

Este artigo decorre da pesquisa de doutorado defendida em 2017 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação do prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira.